

# Dinamismo das presidenciais continua vivo

- entrevista
- "O Jornal" nº 301
- jornalista : Cáceres Monteiro



16 Janeiro 81

**MARIA DE LOURDES PINTASILGO**

**PRIMEIRA MINISTRA**

Fundação Cuidar o Futuro



**Lurdes  
Pintasilgo:  
Dinamismo  
das  
presidenciais  
continua  
vivo**

Fundação Cuidar o Futuro



Entrevista págs. 8/9

Lurdes Pintasilgo a "O Jornal"

"Dinamismo das presidenciais continua vivo"

«A reeleição do general Ramalho Eanes abre perspectivas muito interessantes à evolução da sociedade portuguesa, é ao mesmo tempo uma afirmação e um desafio» —, afirma Maria de Lurdes Pintasilgo, 50 anos, ex-primeira-ministra, em entrevista a «O Jornal».

Lurdes Pintasilgo quebra um (quase) mutismo que durava, em termos públicos, há alguns meses para, em entrevista conduzida por Cáceres Monteiro, contar o que anda a fazer.

Apesar de alheia às estruturas partidárias, Lurdes Pintasilgo continua a arrastar centenas e milhares de pessoas onde quer que se desloque para falar do seu entendimento dos fenómenos da sociedade portuguesa e do mundo. Uma palavra que continua a ser escutada também em muitos círculos internacionais, apesar do «corte» que o VI Governo provocou na sua carreira na UNESCO.

Lurdes Pintasilgo refere com alguma preocupação da crise no PS e ainda sobre o movimento gerado pela campanha de Eanes (como se sabe ela fez parte da comissão política de recandidatura) diz que os «eixos» que apoiaram o Presidente, «constituindo uma grande área de convergência política» não se desmobilizaram ainda: «o dinamismo das presidenciais continua vivo» — afirma.

«O Jornal» — Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, que faz hoje? Exceptuando o período recente em que esteve integrada na comissão política da recandidatura do general Eanes, e devido ao silêncio que poucas vezes quebrou, após o seu afastamento da UNESCO, muita gente se pergunta «que anda a fazer Lurdes Pintasilgo»?...

Maria de Lurdes Pintasilgo — As pessoas que fazem essa pergunta devem pensar que uma pessoa só fala quando o faz para os jornais!... Pela minha parte, tenho a sensação de que fiz ouvir a minha voz de muitas maneiras! Se tive mais tempo para me dedicar, sem constrangimento, ao estudo e à investigação de questões que me interessam, por outro lado não me faltaram oportunidades

— que considero privilégios — de partilhar a minha reflexão com muitos grupos e pessoas, tanto em Portugal como noutros países. Foi, assim, um tempo de alternância entre a reflexão e a intervenção directa, entre momentos de estudo e momentos de comunicação com outras pessoas. Foi tempo de reflexão e foi tempo de comunicação oral e escrita...

P. — Por exemplo...  
R. — As ocasiões de comunicação oral foram tantas que não posso sequer tentar enumerá-las. Quanto à comunicação escrita, vi publicadas em França, nas Edições du Cerf, um conjunto de conferências minhas feitas na Universidade Católica de Paris. Além das duas pequenas recolhas de textos — uma sobre temas políti-



Maria de Lurdes Pintasilgo  
Um processo colectivo de consciencialização

cos e outra sobre temas de Igreja — publicadas em Portugal.

P. — E sobre a sua «comunicação directa» com pessoas e grupos aqui no País?

R. — A partir do mês de Abril — mês sempre bom para mudar de rumo! — participei em dezenas de reuniões, colóquios, debates, mesas-redondas, em diversas localidades do País. Nada fiz de planeado: limitei-me a aceder, na medida do possível, a solicitações que me eram feitas. E foi assim que pude falar e discutir com grupos da população extremamente variados, em Universidades e em Casas do Povo, por iniciativa de grupos «ad hoc», de associações culturais ou de jornais locais...

Foi para mim muito estimulante ter sido «a oportunidade de confirmar a importância

cultural e política dos jornais locais. Desempenham o papel de elementos aglutinadores do pensamento e de plataforma de convivência e empenhamento de homens e mulheres enraizadas no seu meio e nas realidades concretas que vivem.

P. — A sr.ª eng.ª disse que essa sua actuação se estendera também a outros países. Sob que formas?

R. — A verdade é que, para mim, não há discontinuidade entre a actividade dentro e fora de fronteiras. Tudo faz parte de um mesmo caminho da Humanidade... Por isso levei muitas vezes a experiência portuguesa para as plataformas internacionais em que participei.

P. — E quais foram?  
R. — A actividade internacional a que dei maior contributo foi a «Década da Mulher»

das Nações Unidas.

Em Junho, presidi a uma mesa-redonda na sede da ONU, em Nova Iorque, em que participei sobretudo governantes e economistas e onde procurei esboçar o que seriam estratégias do desenvolvimento para os anos 80 a partir das questões levantadas e das transformações desencadeadas pela actual participação das mulheres na vida social, económica, cultural e política, em todo o mundo. É o início duma reflexão-acção que me entusiasma! Em Julho, participei em Oslo e em Copenhague, em debates sobre «o impacto do desenvolvimento na vida das mulheres», «a criatividade das mulheres na mudança das sociedades», «a igualdade entre os homens e as mulheres no exercício do poder político». A reunião da NATO, em Lisboa, em Agosto passado, foi um dos encontros mais vivos em que vi discutida a problemática da «Década da Mulher». Coube-me o discurso de abertura do Seminário e poucas vezes me vi confrontada com um auditório tão preparado e tão vibrante!

P. — Essa sua actividade internacional situa-se, afinal, na continuidade da sua acção na UNESCO...

R. — Sem dúvida. O meu envolvimento internacional decorre de uma escolha bem clara: a de aproveitar todas as possibilidades para poder dar, enquanto portuguesa, o meu contributo ao mundo. Encontro-me vinculada pela minha história pessoal e pela História do meu País a outros países, a outras pessoas além-fronteiras, à procura de vias de resposta para grandes questões da Humanidade. Essa responsabilidade assumo-a sempre que me é possível.

Uma intervenção (nas legislativas) «ao meu jeito»

P. — A propósito, a sua situação na UNESCO continua indefinida. Pensa que a entrada em funções do novo Governo e, designadamente, a alteração no Ministério dos Negócios Estrangeiros poderão levar à sua retomada de funções naquele organismo internacional?

R. — É difícil responder a essa pergunta. Se considerarmos ultrapassada a fase de confronto institucional entre o Governo e o Presidente da República que caracterizou o período pré-eleitoral, acho que é normal que isso aconteça. Se esse confronto persistir, não acontecerá certamente. Penso que o Presidente da República já deu provas, em todas as suas intervenções oficiais, de querer criar um «clima de desanuviamento» em relação ao actual Governo. Resta agora ver em que sentido se orientará a prática governamental.

P. — Mas a sr.ª eng.ª Lurdes Pintasilgo gostaria de voltar?

R. — Bem vê: o que está para mim em causa não é uma questão de ordem pessoal. É uma questão de ordem política e de dignificação do País a nível de uma das grandes Agências do sistema das Nações Unidas.

Pessoalmente, o que me interessa é poder prosseguir, onde quer que seja, a procura de caminhos alternativos para os grandes problemas que se põem hoje às sociedades post-industriais e ao relacionamento entre os povos de todo o mundo.

P. — Mas voltando à sua actividade recente. Muita gente

esperou, com grande expectativa, as suas intervenções no período das eleições legislativas...

R. — A minha intervenção nesse período foi, de facto, activa e constante, mas «ao meu jeito»!... Posso dizer que a actividade que desenvolvi nessa altura teve basicamente três expressões. Em primeiro lugar, achei que devia continuar o tipo de debates que vinha a realizar há alguns meses; fi-lo por entender que havia muita gente que não participaria nos comícios tradicionais ou nas sessões de esclarecimentos claramente eleitoralistas mas que gostaria de discutir questões que a todos nós dizem respeito, perspectivando a vida portuguesa. Em segundo lugar, fui convidada, durante esse período, a visitar freguesias por freguesias, alguns concelhos. Já contactei não só com a população de uma forma indiscriminada mas com as actividades económicas, com as iniciativas sociais e culturais de cada terra. Finalmente, acabei por ter também a minha quota-parte de intervenção em comícios tradicionais... Ninguém pode dizer (em tempo de seca!), «desta água não beberei»...

P. — Os resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro desanimaram-na muito?

R. — Não tanto como se poderia pensar... Embora me acusem de idealista, sou basicamente, também, uma engenheira! Vivo portanto com números e dados concretos e reais. Tanto assim que, para minha própria informação, tinha já traçado o gráfico da evolução das forças políticas nas votações de 75, 76 e 79 e sabia que só dados totalmente novos poderiam alterar os resultados que as curvas indicavam. Nesse sentido, portanto, e de uma forma fria, posso dizer que o resultado não me surpreendeu completamente. Não posso, no entanto, deixar de referir que a movimentação que encontrei no País — e não só nos sectores a que é tradicional chamar esquerda — foi extremamente entusiasta e dinâmica. Afinal, esse entusiasmo não teve tradução eleitoral. Nesse sentido, posso dizer que tive uma decepção...

P. — Gostariamos de saber se chegou a sentir alguma hesitação em dar o seu apoio ao general Ramalho Eanes, ao ser convidada para integrar a sua Comissão Política?

R. — Vivi, como muitos portugueses semanas de uma certa perplexidade, a seguir a 5 de Outubro. Mas perplexidade não quer dizer hesitação... A análise das relações de força na cena político-partidária nunca me fez pôr em dúvida o apoio que a partir de Março manifestei publicamente à recandidatura do general Ramalho Eanes.

Eleição de Eanes abre perspectivas interessantes

P. — Como interpreta os resultados da eleição presidencial?

R. — Em meu entender, a reeleição do general Ramalho Eanes abre perspectivas muito interessantes à evolução da sociedade portuguesa. É, ao mesmo tempo, uma afirmação e um desafio. É a afirmação de que a maioria da população se manifestou explicitamente pela salvaguarda das grandes balizas da democracia — e isso não segundo um qualquer modelo

O que é isso da sociedade alternativa?

«A superestrutura política está longe de esgotar o meu empenhamento cívico» — diz-nos Maria de Lurdes Pintasilgo, na entrevista que hoje publicamos. Com que se preocupa a ex-primeiro-ministro enquanto outros políticos discutem o «tempo de vida» do governo Balsemão ou a última refrega no Partido Socialista. Preocupa-se muito com a «sociedade alternativa». É ela própria que explica o que isso é:

P. — As expressões «caminhos alternativos», «sociedade alternativa», aparecem muitas vezes na sua boca. O que quer dizer, exactamente?

R. — É simples. Parto de uma constatação que todos podemos fazer! A de que estamos num período da História em que se aproxima o termo dos recursos naturais e em que, sobretudo, se esgotam os combustíveis existentes no seio da Terra. Este período é a fase final da industrialização tal como se processou desde há 200 anos para cá. Nesta fase final, nos últimos 20, 50 anos, a técnica dá um salto gigantesco, todas as aplicações da ciência atingem patamares insuspeitados mas, paradoxalmente, o fim dos combustíveis obriga a repensar tudo isso. Os objectivos de ordem científica e técnica não podem contornar a questão da energia. E porque o não podem fazer, são postas em causa as indústrias que sempre foram consideradas como indústrias de base e

como índices do grau de desenvolvimento dos países. A crise mundial da siderurgia aí está a demonstrar esse facto...

P. — E daí?

R. — Daí que caminhe-mos aceleradamente para um novo patamar histórico, em que as coordenadas e critérios do desenvolvimento serão, certamente, outros. Com isso não quero dizer — não sou de modo nenhum alarmista — que estejamos perante uma «derrocada» na passagem da civilização industrial para uma nova civilização. Os grupos e instituições que, pelo mundo fora, estudam esta questão insistem em que o novo patamar se construirá sobre o sedimento deixado pela civilização industrial, quer em termos de aquisições conceptuais fundamentais quer em termos de instrumentos de trabalho. O importante é estarmos atentos às novas perspectivas que o fim da escalada da industrialização traz consigo.

P. — Os objectivos de uma sociedade alternativa serão então diferentes daqueles que caracterizaram as sociedades nas décadas de 50, 60 ou mesmo 70?

R. — Julgo que sim. Os objectivos de ordem económica e social passarão a atribuir uma importância muito maior à criação de um novo equilíbrio entre o homem e o mundo que o rodeia. (A começar pelo próprio equilíbrio ecológico...) Na civilização para a qual caminhamos a sobrevivência das pessoas dependerá da nossa capacidade científica e política de planificarmos o nosso próprio meio.

Isto pode parecer abstracto, mas não é. Dou-lhe um exemplo no campo social: se a grande luta que caracterizou a civilização industrial foi o controlo dos meios de produção — quer pelo movimento sindical quer pela sua apropriação colectiva — uma das mais fortes exigências da civilização que desponta é o controlo social dos recursos naturais. Isso implicará, por exemplo, a responsabilidade e autoridade das populações sobre as iniciativas poluidoras do meio, sobre a canalização e aproveitamento dos recursos, sobre a implantação de novos agregados populacionais, sobre a harmonia entre o que o homem hoje cria e o

património das gerações passadas, etc., etc...

«Sociedade alternativa» também «passa» por Portugal

P. — É óbvio que todas essas questões interessam também a Portugal...

R. — Sem dúvida! É o problema da possibilidade de intervenção dos agricultores das margens do rio Vouga, hoje completamente contaminado pelas fábricas ali existentes... É o problema da capacidade de pressão das populações mais próximas das centrais nucleares espanholas... É o problema dos grupos locais de protecção do património face à investida agressiva de construções que nada têm que ver com a nossa paisagem e a nossa tradição... É o problema dos moradores em zonas onde o barulho excede a capacidade humana (penso numa maravilhosa zona de Amarante onde a poluição sonora atinge níveis impressionantes)...

Todos estes problemas, sobejamente conhecidos e aparentemente simples, estão longe de poderem ser resolvidos caso a caso, dentro das coordenadas do sistema ideológico do «industrialismo» em que vivemos. O que é necessário é repensar os objectivos e os meios.



abstracto e platónico, mas na fidelidade ao espírito do 25 de Abril.

Ao abandonar o general Ramalho Eanes na esquerda e ao tentar «empurrá-lo» cada vez mais para o que de «revolucionário» houve no 25 de Abril, a Aliança Democrática conseguiu dois efeitos cumulativos. Por um lado, veio confirmar, a quem o tivesse esquecido, que o general Ramalho Eanes tinha, no seu primeiro mandato, uma legitimidade que lhe vinha não só do sufrágio universal mas também do 25 de Abril. Por outro lado, veio trazer para um nível mais consciente dos portugueses a convicção de que havia no 25 de Abril «qualquer coisa» que era preciso salvaguardar. A propaganda anti-Eanes não fez senão reforçar a imagem do candidato Ramalho Eanes como «candidato de Abril».

**P. — Disse que era um desafio...**

**R. —** Seguramente! É um desafio à nossa capacidade de interpretação dos fenómenos sociais e à nossa ousadia em nos inserirmos, num dado instante, no movimento da história.

**P. — E como interpreta a movimentação de base que se gerou à roda da candidatura do general Ramalho Eanes?**

**R. —** Creio que essa movimentação social e cívica tem a ver com a capacidade de participação do povo em «causas» que lhe digam directamente respeito, que chamem as pessoas a darem o melhor de si próprias, que as façam descobrir as múltiplas possibilidades de congregação para acções comuns.

Assistimos, hoje, a um alargamento do conceito de participação dos indivíduos e das massas populares na vida política. Durante anos, a palavra «participação» não foi senão um voto piedoso, sem tradução prática. Mais tarde, começou a falar-se de «participação» como de uma exigência do próprio crescimento económico. Hoje a «participação» abrange todos os sectores da vida social e, de forma específica, a vida política. Ora isso significa duas coisas: por um lado, sublinha-se e acentua-se a dimensão política de todos os actos individuais, qualquer que seja o seu domínio; por outro lado, torna-se claro que se esboçam novas vias por onde se canaliza a participação dos cidadãos numa verdadeira democracia...

**P. — Acha então que a reeleição do general Ramalho Eanes diz também algo sobre o próprio entendimento da democracia?**

**R. —** Sem dúvida. A movimentação desenvolvida em torno da candidatura de Eanes integrou múltiplos dinamismos dispersos na sociedade portuguesa. Refiro-me ao papel de grupos recreativos e culturais, associações de intervenção e dinamização local, grupos de jovens, mulheres, etc...

Para mim, a democracia real tem que contar também com esse tipo de eixos. Sem isso há uma redução, um estreitamento do campo democrático...

**P. — E os partidos políticos? Acha que têm tendência para ignorar, ou pelo menos, subestimar esses eixos...**

**R. —** Talvez isso aconteça quando subordinam a sociedade aos objectivos das superestruturas dos seus aparelhos. O que não é, aliás, um «mal» específico dos partidos políticos... Toda a instituição tende a criar objectivos «ad intra» que estão quase sempre em conflito com os objectivos «ad extra» que a legitimam enquanto instituição. Mas justamente porque assim é, os partidos políticos podem superar essa dificuldade por uma redobrada aten-

ção ao respirar da sociedade no seu tecido quotidiano. Só o impacto exterior os liberta dessa dificuldade. Por isso me parece normal que os partidos políticos dêem a atenção devida a estes eixos da vida social...

### «Uma grande área de convergência política»

**P. — Acha que o movimento gerado pela campanha e, depois, pela vitória do general Eanes está a ser bem aproveitado pelas forças políticas e pelas pessoas ligadas à esquerda?**

**R. —** Espero que não seja «aproveitado» no sentido corrente do termo! Verifico é que se deram dois factos: por um lado, as pessoas tomaram consciência que constituíam uma grande área de convergência política a partir de quadrantes políticos diversificados; por outro lado, essas mesmas pessoas reconheceram que a plataforma comum tornada possível se formou a partir de grupos e sectores correspondentes aos tais «eixos» de que falávamos há pouco. E o que é certo é que essas pessoas não se desmobilizaram ainda.

**P. — Como interpreta isso?**

**R. —** É que essa plataforma, a meu ver, já existia potencialmente antes da campanha para as presidenciais. Não foi criada do nada. Era um «respirar» subterrâneo que já existia e que encontrou na campanha do general Ramalho Eanes, talvez pela sua característica de candidato suprapartidário, condições propícias para vir a luz do dia. A campanha do general Ramalho Eanes foi uma grande oportunidade para revelar a capacidade de cooperação de forças de natureza muito diversa, não só em termos partidários, mas também em termos de preocupações sociais e culturais. Revelou a possibilidade de se tecer, na vida social portuguesa, algo de novo. Vamos a ver como essa «semente» germinará nos próximos anos...

**P. — A sr.<sup>a</sup> eng.<sup>a</sup> pensa que esses fenómenos a que tem vindo a referir-se são peculiares à nossa sociedade, ao nosso país?**

**R. —** Não, de modo algum. O carácter genuíno do que está a acontecer entre nós faz sobressair o paralelo com idênticos fenómenos que se estão revelando um pouco por toda a parte: de forma difusa nos países do hemisfério sul; de forma clara e com contornos precisos, nos países industrializados.

**P. — E qual lhe parece ser a importância desse facto?**

**R. —** Por um lado, a verificação desta consonância é um dos índices que nos permite afirmar que temos em Portugal o potencial humano e a sensibilidade histórica necessários para realizar, sem temores, o tal «curto-circuito» de que falávamos há pouco... Por outro lado, essa mesma verificação põe-nos uma exigência: a de sermos capazes de dar corpo a novos conteúdos da democracia (para além da defesa das liberdades e dos direitos individuais, como é óbvio).

E não se pense que estas manifestações inovadoras se encontram tipificadas no país A ou no país B. Não há figurinos estrangeiros a imitar. Somos nós que temos que construir o nosso próprio modelo.

### «Potencialidades do PS podem 'afunilar-se' nos problemas de estruturas»

**P. — Mudando um pouco de assunto. A sr.<sup>a</sup> eng.<sup>a</sup> situa-se num campo político no qual o PS ocupa um dos mais importantes pólos. Preocupa-a, por isso, a actual situação no PS?**

**R. —** Sim e não. Por um lado, relativizo o que se passa com o Partido Socialista em Portugal, na medida em que verifico que o seu questionamento tem muito de comum com o que se passa em outros partidos socialistas, noutros países da Europa. É o próprio projecto socialista que está em fase de reformulação. Por outro lado, tenho às vezes o receio — que espero infundado — de que muitas potencialidades do Partido Socialista e a enorme riqueza em pessoas, em competências e em dinamismo que ele contém (e que tive ocasião de verificar no terreno) — que tudo isso se afunile nos proble-

mas de estruturas e da sua vida interna. A meu ver, cabe ao Partido Socialista uma enorme responsabilidade histórica, agora que está liberto da responsabilidade de gerir uma crise enquanto governo. Tem possibilidades únicas de pensar e experimentar novos caminhos. Nesta perspectiva, talvez seja até de desejar que o «fervilhar» dentro do Partido Socialista seja cada vez mais intenso!

### «Não podemos estar em bicos de pés a ver os actores...»

**P. — Comunga da expectativa que há em certos meios da**

**esquerda em relação ao início da actividade deste Governo?**

**R. —** Neste momento — e poderá compreender o que vou dizer pela maneira como me situo em relação à sociedade e à política — acho que entrámos numa fase de maior estabilidade institucional e, portanto, qualquer governo tem de ser mais relativizado, porque não vamos ter de o julgar por um período limitado. O Governo tem diante de si um longo prazo para governar e, portanto, não podemos estar todos nos bicos dos pés, a ver por cima da bancada como é que vai ser a actuação dos actores! Veremos pelos resultados. Para já, não

posso dizer que me interessem particularmente os avanços e recuos pontuais da pessoa A ou da pessoa B, em termos de constituição de Governos, de tomadas de posição circunstanciadas no tempo, etc...

Como sabe, a superestrutura política está longe de esgotar o meu empenhamento cívico. Pelo contrário, penso que todas as nossas energias são poucas para tecermos, com inteligência e solicitude a trama da nova sociedade; para captarmos, com imaginação e perseverança os dinamismos criadores que, difusa ou claramente, nos conduzem para uma nova fronteira social e cultural.

## Fundação Cuidar o Futuro